



*Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Prefeito*

Lei n. 683, de 29 de agosto de 2014.

Ementa: “**Dispõe** sobre o parcelamento de débitos do Poder Executivo Municipal de São Sebastião do Alto com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS”.

*O Prefeito do Município de São Sebastião do Alto, **Estado do Rio de Janeiro,***

*Faço **saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:***

Art. 1º - *Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Poder Executivo Municipal de São Sebastião do Alto (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências a partir de março de 2013, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21//2013 e nº 307/2013.*

Parágrafo único. *É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.*

Art. 2º - *Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.*

§ 1º. *As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.*

§ 2º. *As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois*



Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto
Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Prefeito

por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º - *Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.*

Parágrafo único. *A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.*

Art. 4º - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

São Sebastião do Alto, 29 de Agosto de 2014.

MAURO HENRIQUE SILVA QUEIROZ CHAGAS
Prefeito Municipal